

---

## IGREJAS E PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO: a atuação de padres nas escolas públicas do território do Recôncavo da Guanabara no período do Império

*Angélica Borges  
Beatriz Souza dos Santos  
Fabiana Garcia Munhoz*

### Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar a presença da Igreja Católica no processo de escolarização do território do Recôncavo da Guanabara, por meio da atuação de padres como inspetores da instrução e professores das escolas públicas mantidas pela Província do Rio de Janeiro. Para tanto, foi realizada pesquisa documental, a partir dos aportes da micro-história e do diálogo com a historiografia da educação, mobilizando um conjunto de fontes, composto por periódicos oitocentistas, que permitem acessar experiências e acontecimentos em diferentes escalas, bem como fontes oficiais, especialmente a legislação da instrução pública e os relatórios de presidentes da província. Por meio das fontes, foi possível identificar uma quantidade expressiva de padres exercendo o magistério e atuando no serviço de inspeção da instrução. A investigação em torno dos agentes da Igreja aponta aspectos de sua inserção nas localidades e de sua atuação na instrução pública. Assim, observam-se padres, mestres e inspetores integrados às dinâmicas sociais, econômicas e políticas do território em que atuavam, envolvidos em processos eleitorais, filiados a partidos políticos, na condição de fazendeiros, proprietários, entre outros.

**Palavras-chave:** igreja católica; processos de escolarização; recôncavo da guanabara.

## CHURCHES AND EDUCATIONAL PROCESSES: the role of priests in public schools in the Recôncavo da Guanabara region during the Imperial period

### Abstract

This article aims to analyze the presence of the Catholic Church in the schooling process in the Guanabara Recôncavo region through the actions of priests as inspectors of instruction and teachers in public schools maintained by the Province of Rio de Janeiro. To this end, documentary research was conducted, drawing on micro-history and engaging with the historiography of education, mobilizing a set of sources comprised of 19th-century periodicals, which allow access to experiences and events at different scales, as well as official sources, especially public instruction legislation and reports from provincial presidents. Through these sources, it was possible to identify a significant number of priests practicing teaching and working in the inspection of instruction. The investigation into these church agents reveals aspects of their integration into the localities and their role in public instruction. Thus, it is observed that priests who were teachers and inspectors were integrated into the social, economic, and political dynamics of the territory in which they operated, involved in electoral processes, affiliated with political parties, and acting as farmers, landowners, among other roles.

**Keywords:** catholic church; schooling processes; recôncavo da guanabara.

## IGLESIAS Y PROCESOS EDUCATIVOS: el papel de los sacerdotes en las escuelas públicas de la región del Recôncavo da Guanabara durante el período imperial

### Resumen

Este artículo analiza la presencia de la Iglesia Católica en el proceso educativo de la región Guanabara Recôncavo a través de la labor de sacerdotes como inspectores de instrucción y docentes en escuelas públicas de la Provincia de Río de Janeiro. Para ello, se realizó una investigación documental, recurriendo a la microhistoria y la historiografía de la educación, movilizando un conjunto de fuentes que incluyen periódicos del siglo XIX, que permiten acceder a experiencias y eventos a diferentes escalas, así como fuentes oficiales, especialmente legislación sobre instrucción pública e informes de presidentes provinciales. Mediante estas fuentes, se identificó un número significativo de sacerdotes que ejercían la docencia y la inspección de la instrucción. La investigación sobre estos agentes eclesiásticos revela aspectos de su integración en las localidades y su rol en la instrucción pública. Así, se observa que los sacerdotes que eran docentes e inspectores estaban integrados en la dinámica social, económica y política del territorio en el que operaban, participando en procesos electorales, afiliados a partidos políticos y desempeñando roles como agricultores y terratenientes, entre otros.

**Palabras clave:** iglesia católica; procesos educativos; recôncavo da guanabara.

### INTRODUÇÃO

#### FESTA DO PILAR

*No dia 5 de Setembro terá lugar na freguesia de Nossa Senhora do Pilar a festa do Divino Espírito-Santo, com toda a pompa e brilhantismo, havendo demais a crisma que por especial graça de S.Ex. Revma. o Sr. bispo conde, será administrada pelo Revm. cônego vigário geral. E para tornar esta solenidade mais concorrida e a viagem mais cômoda uma barca de vapor que deverá partir do cais da Prainha no dia 4 do corrente, às 11 horas da manhã - C. Partoso.<sup>1</sup>*

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar foi “ereta em 1696” (Almanak Laemmert<sup>2</sup>, 1860) e teve seu prédio atual edificado no século XVIII. É uma das igrejas do Recôncavo da Guanabara que se destaca por ser uma referência na região até a contemporaneidade. Testemunhou as mudanças geopolíticas que nos demandam situar no tempo e no espaço os acontecimentos a partir de diferentes reorganizações da gestão do território. No período do Império, em 1846, houve a criação do município de Estrela, formado por quatro freguesias: Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, local onde estava situada a referida Igreja; Freguesia Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim; Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; e o Curato de São Pedro de Alcântara, que, emancipado em 1857, transformou-se no município de Petrópolis. Atualmente, a região da antiga Freguesia Nossa Senhora do Pilar pertence ao município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

<sup>1</sup> Fonte: Jornal do Commercio 01/09/1858, ed. 241, p. 2.

<sup>2</sup> O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro produzido pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert é citado como Almanak Laemmert neste estudo.

Juntamente com outras igrejas do Recôncavo da Guanabara, a Igreja Nossa Senhora do Pilar se inseria no cotidiano da população não apenas por meio da presença de seu prédio, imponente à época, de características barrocas. Irmandades, festividades, eventos religiosos e a atuação de seus membros movimentam o cenário de uma região dinâmica. O Almanak Laemmert destaca a existência, no município de Estrela, mas também em todo o Recôncavo da Guanabara, de comerciantes, hotéis, fábricas, fazendas, padarias, armarinhos, sociedades, telégrafo, barbeiros, sapateiros, relojoeiros, tanoeiros, alfaiates, marceneiros, médicos, ferreiros e muitos outros, entre os quais professores e escolas. A região também estava ligada à produção agrícola com significativa presença de engenhos de açúcar, cultivo de mandioca e casas de farinha (Bezerra, 2011). O funcionamento da Igreja afetava o funcionamento de tais atividades com efeitos diversos. Para que uma escola pública primária de meninos não deixasse de funcionar, o padre José Antonio da Silva Barriga, da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, assumiu a cadeira de professor. O caso do padre José Barriga não é isolado. Outros assumiram, seja de forma temporária, enquanto professor substituto, ou por meio de concurso público, este lugar de magistério.

A partir da constatação desta dinâmica, o objetivo deste artigo é analisar a presença da Igreja Católica no processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara, por meio da atuação de padres como inspetores da instrução e professores das escolas públicas mantidas pela Província, destacando suas inserções nas instâncias de poder locais. Para tanto, foi realizada pesquisa documental, a partir dos aportes da micro-história e do diálogo com a historiografia da educação, mobilizando um conjunto de fontes composto por periódicos oitocentistas, que permitem acessar experiências e acontecimentos em diferentes escalas, bem como fontes oficiais, especialmente a legislação da instrução pública e os relatórios de presidentes de província.

O artigo está organizado em três movimentos de reflexão. No primeiro, realizamos uma reflexão acerca da presença das igrejas no território do Recôncavo da Guanabara e enquanto forças educativas no período do Império. O segundo movimento se debruça na análise dos padres que exerceram o magistério nas escolas públicas da região e, por último, examina sua atuação na inspeção da instrução.

## A IGREJA CATÓLICA ENQUANTO FORÇA EDUCATIVA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO OITOCENTISTA

*Às 10 horas fomos ouvir missa à igreja matriz [Nossa Senhora do Pilar], que é um templo respeitável, nobre, espaçoso e bem conservado; de lá saímos e fomos almoçar; e depois do almoço principiamos as despedidas aos nossos bons hóspedes e amigos, que nos deixaram partir penhorados de gratidão pela obsequiosidade com que fomos cuidadosamente tratados.*

*Ao meio dia, entre adeuses e vivas aos bons Pilarenses, embarcamos para a Côte, navegando o lindo riacho do Pilar em pranchas, depois o rio Iguaçu e a grande baía, a bordo do vapor Inhomirim, onde, apesar do intenso calor da tarde, fizemos a viagem toda entretida até a ponte dos Mineiros. Ai, despedindo-se as famílias, os moços e as moças, ouvia-se cruzar de boca em boca este insignificante convite:  
« Então não falte ao baile do mês que vem, sim? »  
(Jornal do Commercio, 22/02/1855, p. 2)*

A Sociedade Recreação Pilarense organizou o *primeiro baile de instalação* na casa do presidente da sociedade, Barão do Pilar, situada na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, no município de Estrela<sup>3</sup>. O baile contou, segundo o relato publicado no Jornal do Commercio de 1855, com 184 pessoas, entre homens e mulheres, *pilarenses* e da Corte. O baile atravessou a madrugada e, no dia seguinte, às 10 horas da manhã, os convidados foram à missa na Igreja Matriz. O Barão do Pilar, presidente da Sociedade Recreação Pilarense, era subdelegado, juiz de paz, provedor de irmandade e inspetor da instrução na freguesia do Pilar. Também encontramos registros de duas grandes festas organizadas pela Igreja Matriz: a Festa de Nossa Senhora do Pilar, em 2 de fevereiro, e a Festa do Divino Espírito Santo. Bailes, festas e missas se atravessam, mobilizando sujeitos e instituições diversas, como as igrejas.

Os acontecimentos em tela se deram no Recôncavo da Guanabara, formado por três municípios: Magé, Iguaçú e Estrela. Região com significativo número de igrejas. As freguesias sede de cada município possuíam no nome o registro de devoção à Nossa Senhora da Piedade: Nossa Senhora da Piedade de Magepe, Nossa Senhora da Piedade de Iguassú e Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, conforme observou Pereira (2023):

Nossa Senhora da Piedade. Uma mulher e um lugar. A representação da mulher como santa na Igreja Católica associada às estratégias de nomeação de diversos territórios foi um fator recorrente em toda a Província Fluminense. A devoção aos santos e santas tiveram relação direta com a nomeação de arraiais, freguesias e vilas. A construção de uma capela reunia os moradores locais para rezarem e nas festividades de seu santo ou santa de devoção. Com isso, a população foi aglutinando-se ao redor das igrejas com moradias e comércio, formando assim, as concentrações populacionais dando início a formação dos povoados, arraiais e freguesias. (Pereira, 2023, p. 51)

No caso da nomeação da maioria das freguesias da região prevalece a devoção à “Nossa Senhora”<sup>4</sup>, conforme se observa nas freguesias de Estrela, já mencionadas, e nas freguesias de Magé (Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora da Conceição de Aparecida, São Nicolau de Suruí, Santo Antonio de Paquequer) e de Iguaçú (Nossa Senhora da Piedade de Iguaçú, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Santo Antonio de Jacutinga, São João Baptista de Merity, Sant’Anna das Palmeiras). As freguesias possuíam pelo menos uma igreja com o mesmo nome do padroeiro, mas, de forma geral, a região contava com várias capelas, oragos e irmandades que podem ser vistos em fontes como o Almanak Laemmert e nos trabalhos de Bráz e Almeida (2010, p. 21), Kamp (2003) e Forte (1933). Segundo Bráz e Almeida, a Igreja Matriz era a sede da freguesia que podia se relacionar com as chamadas filiais:

<sup>3</sup> O território do extinto município de Estrela hoje integra parte dos municípios de Duque de Caxias e Magé, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Bezerra (2024), ao analisar a presença das ancestralidades no “espírito das periferias”, destaca que a maioria da população da Baixada Fluminense é formada por descendentes de indígenas e africanos. Entre os aspectos ressaltados, sobressai a “perspectiva antropofágica dos tupinambás”, segundo a qual a morte “não significava derrota, mas uma forma de viver no outro” (Mussa, 2009 *apud* Bezerra, 2024, p. 41). Tal perspectiva é exemplificada pelas igrejas coloniais da Baixada, como Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú, Santo Antônio da Jacutinga, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Conforme argumenta Bezerra (2024), a dominação colonial e os esforços de catequização empreendidos por diferentes agentes europeus não foram capazes de aniquilar os significados culturais produzidos nas aldeias indígenas. Assim, esses edifícios carregam em seus nomes as marcas da violência colonial e evidenciam a permanência da ancestralidade tupinambá na Baixada Fluminense (Bezerra, 2024, p. 41).

[...] no entorno dessas a vida social e os relacionamentos pessoais através das quermesses, cultos e da ação das irmandades religiosas que apoiavam a ação cotidiana das igrejas e das capelas. Essa divisão eclesial foi apropriada pelo Estado [...] servindo a administração civil até o advento da República (Bráz e Almeida, 2010, p. 21).

Observa-se, dessa forma, a organização do território a partir da presença da Igreja Católica. Organização de cunho religioso que define também a organização administrativa da instrução pelos governos, considerando que a distribuição das escolas pelo espaço leva em conta a divisão das freguesias que carregam nomes de devoção aos santos. Cada paróquia/freguesia tinha pelo menos um padre que, enquanto representante de uma força educativa (Gondra; Schueler, 2008), participava do processo de escolarização, na condição de professor, de agente da inspeção, no arrolamento de crianças em idade escolar na freguesia, catequese, exame de alunos, seleção de professores ou mesmo atuando nos espaços decisórios das políticas e de projetos de instrução do povo.

Os relatórios de presidentes de província do século XIX reiteram a amplitude da presença da Igreja Católica, inclusive no âmbito da administração pública. O item *culto público* constitui um exemplo significativo dessa imbricação entre Igreja e Estado. No relatório da Província do Rio de Janeiro de 1856, tal item figura já na primeira página, evidenciando a centralidade institucional da Igreja na organização administrativa e simbólica da vida provincial. A Igreja exercia, juntamente com o Estado, funções administrativas e políticas, desde o controle de registros, como os de batismo, até a atuação nos processos eleitorais.

A articulação entre Igreja e Estado revela um arranjo de caráter estrutural da sociedade oitocentista. Gondra e Schueler (2008, p. 41) consideraram que Estado, Igreja e sociedade civil constituíam as principais forças educativas no XIX, atuando ora de forma solidária, ora concorrente em iniciativas educativas num país recém-emancipado. O Brasil caminhava em sua consolidação enquanto nação continental, impondo um governo monárquico constitucional escravista, liderado por homens brancos e proprietários, inclusive de pessoas escravizadas, que impôs por meio da força a centralização e apoiou a permanência de Pedro I, visto que a sua continuidade garantia um “Estado independente nos moldes que desejavam” (Gondra; Schueler, 2008, p. 46). Assim, a Igreja Católica foi uma força social, política e cultural gigantesca, empreendendo ações em diferentes frentes na dita pacificação e consolidação do Império.

No campo educacional, a presença religiosa se desdobrava na atuação de diversas ordens — jesuítas, franciscanos, capuchinhos, vicentinos, entre outras —, cujas práticas articulavam evangelização, ensino e organização social. As iniciativas dessas ordens dirigiam-se a distintos grupos sociais, abrangendo desde missões indígenas até colégios particulares de elite, masculinos e femininos — frequentemente organizados em regime de internato —, além de instituições asilares destinadas às infâncias classificadas como desvalidas.

Martins (2021) dedica-se à pesquisa sobre a “escolarização católica”, destacando a atuação de congregações que operavam a partir de uma lógica estratégica juntamente com as elites e o próprio Estado. Para o autor, tais ações asseguravam as condições materiais necessárias para a realização daquilo que concebiam como seu “carisma”; em muitos casos, traduzido como missão de *cuidar dos pobres* (Martins, 2021, p. 10). Assim, observam-se relações dinâmicas de aproximação e distanciamento da Igreja em relação ao Estado.

A historiografia vem destacando as iniciativas de irmandades, congregações e sujeitos da Igreja, principalmente, a partir da história de instituições escolares que foram criadas e mantidas por estes grupos, muitas pagas e outras tantas gratuitas. Enfatizam-se também os numerosos debates entre a Igreja e o Estado sobre as disputas que envolviam a laicização do Estado e a

resistência católica diante da perda de poder, que se traduziu na defesa do que denominavam *liberdade de ensino*, mas que, na prática, garantiu que os católicos pudessem atuar no ensino particular. Tais estudos ajudam a compreender a amplitude da atuação desta força educativa e sua ramificação social em diferentes instituições, territórios, com a agência de diferentes sujeitos.

Neste artigo, busca-se acrescentar a este debate a problematização da inserção de padres nos quadros da instrução pública como professores de primeiras letras e inspetores em localidades do Recôncavo da Guanabara, no século XIX. Sem a pretensão de esgotar o debate, a proposta é problematizar a inserção de religiosos católicos na instrução e no funcionalismo local, refletindo sobre como alguns desses sujeitos mobilizaram capital educacional, religioso e social para ingressar em cargos públicos.

### “UM OLHO NO PADRE E O OUTRO NA AULA”: A ATUAÇÃO DE VIGÁRIOS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO

No ano da publicação da nota sobre a Festa do Divino Espírito Santo na freguesia do Pilar, 1858, segundo o relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro de 01/08/1858, havia 194 escolas públicas, sendo 120 para meninos e 74 para meninas. O município de Estrela possuía 9 escolas (6 para meninos e 3 para meninas), Iguazu 6 (4 para meninos e 2 para meninas) e Magé 7 (5 para meninos e 2 para meninas), totalizando 22 escolas na região. No final do Império, segundo Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1889, esse número sobe para 439 escolas na Província, sendo 249 para meninos, 178 para meninas, 15 escolas noturnas e 12 mistas. No Recôncavo da Guanabara, o número sobe para 38 escolas, sendo 8 em Estrela (1 masculina, 4 femininas e 3 mistas), 14 em Magé (6 masculinas e 8 femininas) e 16 em Iguazu (9 masculinas, 6 femininas e 1 mista).

Além do aumento paulatino do número de escolas, podemos observar mudança no arranjo do processo de escolarização pública, com a emergência das chamadas escolas mistas, para ambos os sexos, mantidas pela província, mas também com a criação de escolas públicas agrícolas mantidas pela câmara municipal de Estrela (Relatório do Presidente da Província de 15/03/1881, p. 20), três escolas municipais em Magé (Exposição do Presidente da Província de 13/12/1881, p.21) e as Colônias Orfanológicas de Estrela (Santos, 2023).

Estas escolas eram regidas por professores e professoras em regimes diversos. Havia professores efetivos concursados, efetivos nomeados por terem concluído a escola normal, substitutos e professores na condição de *provisório* e *interino*, categorias que remetem a uma temporalidade transitória e a um exercício precário da função. Nos relatórios dos presidentes da Província, foi possível localizar informações, como a seguinte, a respeito do município de São Fidelis, no Relatório do Diretor da Instrução (1875, p. 18): “O padre Antonio Francisco Lyrio Vespucio ofereceu-se para gratuitamente substituir o professor de Ponte Nova. Está regendo a escola”. No caso dos padres, podemos observar sua presença enquanto professor efetivo, substituto, provisório e interino.

Na pesquisa realizada, localizou-se na Província do Rio de Janeiro a atuação de 16 padres como docentes em escolas públicas primárias destinadas ao sexo masculino e 34 padres ligados às escolas particulares de meninos. Destes últimos, 2 eram donos de colégios, 7 diretores e 25 professores.

Os dados referentes à atuação do clero na manutenção do funcionamento da malha escolar, levantados no Almanak Laemmert no período do Império, evidenciaram uma presença significativa na organização da instrução tanto no âmbito público quanto no particular. Do quantitativo de

padres mestres localizados, 5 estavam inseridos nas escolas públicas primárias dos municípios do Recôncavo da Guanabara, enquanto um atuava em colégio particular.

**Tabela 1: Padres mestres nas escolas públicas do Recôncavo**

Região	Nome	período
Município de Magé - Freguesia de S. Nicolao de Suruí	Padre José Rodrigues Portela	1854-1855
Município de Iguassú- Freguesia de Marapicu	Padre Domingos Lourenço da Cruz Penedo	1856-1858
Município de Magé - Freguesia de S. Nicolao de Suruí	Padre José de Castro e Silva	1862, 1863, 1865 e 1881
Município da Estrela - Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba	Padre João Alves da Fonseca	1875, 1876, 1877, 1879, 1882, 1883, 1885
Município da Estrela - Freguesia de N. Senhora do Pilar	Padre João Antônio da Silva Barriga	1876, 1878, 1879, 1880

Fonte: Elaborada pelas autoras com base no Almanak Laemmert (1844-1885).

As trajetórias destes padres mestres permitem apreender, em escala local, a imbricação entre Igreja, Estado e sociedade, evidenciando como membros do clero secular atuavam simultaneamente na instrução pública e em outras esferas das redes de poder locais.

Na Freguesia de São Nicolau de Suruí (Magé), o padre José Rodrigues Portela exerceu o magistério ao menos entre 1854 e 1857, conforme registros do Almanak Laemmert e de periódicos da região, período em que também atuava como vigário encomendado da mesma paróquia, nomeado em 1854.

No interior do regime do padroado, a condição de vigário encomendado era marcada pela precariedade institucional e pela ausência de remuneração estatal que colocava esses sacerdotes em uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que exerciam funções religiosas fundamentais, dependiam diretamente do reconhecimento e do apoio das comunidades locais (Cardoso, 2007). Tal configuração favorecia estratégias de enraizamento social que extrapolavam o âmbito estritamente eclesiástico. Nesse contexto, a inserção no magistério público pode ser interpretada como uma alternativa de subsistência material e como um mecanismo de ampliação de prestígio e autoridade no espaço local. Ao ocupar a posição de professor de primeiras letras, o sacerdote reforçava sua centralidade na formação da população, potencializando sua legitimidade enquanto liderança comunitária e, conseqüentemente, sua capacidade de incidir sobre processos como a institucionalização da paróquia.

As fontes periódicas permitem vislumbrar como essa inserção se dava de maneira concreta e disputada. Em 13 de janeiro de 1857 (p. 1), o jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*<sup>5</sup> noticiou a nomeação interina de Portela para a regência da escola de primeiras letras de São Nicolau de Suruí. Poucos meses depois, a tentativa de substituição do sacerdote por um professor efetivo vindo de Maricá (*Correio Mercantil*, 11/06/1857, p. 2) foi seguida por uma representação dos moradores solicitando sua permanência (*Correio Mercantil*, 25/07/1857, p. 2). Tal mobilização sugere que a atuação de Portela articulava sua liderança, apoiada em vínculos pessoais ao reconhecimento comunitário e à sua capacidade de mediação política.

Uma nova mobilização da comunidade ocorreu em julho de 1860, quando uma comissão solicitou que José Pinto dos Reis, vigário colado naquela freguesia, desistisse de sua posse para não privar os “[...] suruhyenses do melhor de seus pastores, o vigário encomendado José Rodrigues Portela” (*Correio Mercantil*, 20/07/1860, p. 3). A iniciativa dos *habitantes da freguesia* junto ao paço episcopal revela a existência de uma mobilização coletiva em torno da permanência do padre Portela. Por outro lado, o pedido evidencia que essa legitimidade social se dava em meio a disputas institucionais. A menção à ausência de editais para o concurso, que teria impedido a participação de Portela, indica que os mecanismos formais de provimento eclesiástico podiam ser tensionados ou contestados no âmbito local. Ao solicitar que o vigário colado desistisse da posse, os moradores defenderam a permanência de Portela, intervindo diretamente em um processo que, em princípio, seria regulado por normas e autoridades superiores. Isso sugere que a institucionalização paroquial era permeada por negociações e conflitos, nos quais a agência dos fiéis desempenhava papel relevante.

Esta agência é confirmada pelo presidente da Província do Rio de Janeiro, António Nicolau Tolentino, em 1858, que condena o envolvimento de párocos nas “[...] pequeninas intrigas da localidade” (Relatório do Presidente da Província, 1858, p. 2) e sua atuação em disputas políticas, revelando a presença efetiva do clero nessas arenas. A preocupação com a criação de novas freguesias, associada a interesses políticos e a disputas por recursos, evidencia que a institucionalização paroquial era um processo atravessado por estratégias de poder, nas quais sacerdotes e comunidades locais podiam desempenhar papel ativo.

A participação de Portela no corpo de eleitores da freguesia entre 1857 e 1860 e sua eleição como vereador reforçam essa interpretação. No sistema eleitoral indireto do Império, estruturado por critérios censitários, os eleitores constituíam um grupo restrito, cuja seleção estava profundamente vinculada às hierarquias sociais e às redes de influência locais. Esse processo era frequentemente mediado por lideranças capazes de articular interesses e mobilizar apoios, entre as quais se destacavam párocos, grandes proprietários e chefes políticos (Carvalho, 2010). A indicação de Portela, em 1856, como um dos cidadãos mais idôneos para compor o colégio eleitoral de Suruí (*Correio Mercantil*, 10/10/1856, p. 2), sugere que sua atuação como sacerdote e professor contribuía para a construção de uma autoridade que transcendia o campo religioso, projetando-se também no domínio político. Em 1860 (*Correio Mercantil*, 11/09/1860, p. 1), é eleito vereador em Magé, sendo o segundo mais votado com 411 votos (o primeiro teve 425) e, em 1861, é empossado presidente da Câmara de Magé (*Correio Mercantil*, 10/05/1861, p. 3).

O padre José de Castro e Silva também atuou por mais de 15 anos como professor público na Freguesia de Suruí, em Magé, sendo jubulado em 1865 conforme a legislação vigente (Lei provincial n° 1127/1859, art. 77, e Regulamento de 1862, art. 57) (*Correio Mercantil*, 15/09/1865, p. 1).

<sup>5</sup> O Jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal -RJ* é citado como *Correio Mercantil* nas próximas citações.

Mesmo após a aposentadoria, o jornal *A Pátria* (15/10/1871, p. 2) registra sua permanência no ensino, agora por meio de iniciativa particular na freguesia de Itaipu, em Niterói. Sua escola de primeiras letras é recomendada em reconhecimento à sua atuação, associada à *virtude da caridade*, sobretudo por não exigir “espórtulas taxativas” em sua paróquia; contribuições voluntárias tradicionalmente ofertadas pelos fiéis em ocasiões sacramentais. Tal destaque sugere a recorrência dessa prática, ao mesmo tempo em que reforça o caráter excepcional atribuído à conduta do padre José de Castro e Silva.

Cabe ainda ressaltar que os pagamentos vinculados à escola não se destinavam diretamente ao pároco, mas a um adjunto que o substituíria quando as demandas religiosas o impediavam de lecionar. Desse modo, a manutenção da escola particular revela-se articulada às dinâmicas locais de colaboração comunitária, evidenciando a imbricação entre práticas educativas, religiosas e redes de sociabilidade. São recorrentes as notas que destacam a *virtude da caridade*. Em 1873, uma carta de leitor agradece a generosidade à freguesia, até então abandonada por sua pobreza, ressaltando a manutenção da capela e da escola mantida às suas próprias custas e frequentada por alunos que não poderiam cursar a escola pública devido à distância (*A Pátria*, 13/03/1873, p. 3). Desse modo, sua trajetória evidencia tanto a circulação entre ensino público e privado quanto a articulação entre prática docente e valores religiosos, nos quais a caridade operava como elemento de legitimação social da atuação do padre mestre.

A virtude da caridade é um fio que se repete nas trajetórias dos padres mestres, no Recôncavo da Guanabara, e em outros territórios. O estudo de Marcus Vinícius Fonseca sobre a trajetória do padre Vítor (2020) aprofunda este aspecto no contraste com os apagamentos que marcam a história da população negra. A questão racial e a experiência de liberdade de um homem negro, num contexto de escravidão, são abordadas por meio da explicitação da contradição “representada pela ideia de escravo e santo”, recuperando-se o “processo de formação e atuação, tratando-o como um ser humano que agiu a partir das condições e possibilidades inscritas no Brasil, do século XIX” (Fonseca, 2020, p. 2).

Na Freguesia de Marapicu em Iguassú, Domingos Lourenço da Cruz Penedo aparece como padre coadjutor subordinado ao vigário José Cardoso da Fraga, que viria a ocupar o cargo de inspetor de distrito da instrução, na década de 1870, evidenciando a circulação de clérigos entre diferentes funções religiosas e no funcionalismo público.

Em 1855, o padre Domingos, que atuava na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, realizou permuta com o professor José Thomaz da Cruz Pereira, da Freguesia de Marapicu (*Correio Mercantil*, 11/08/1855, p. 1). Embora ambos sejam mencionados como professores públicos, em 1856, o Padre Domingos recebeu licença em fevereiro de 1856 para realizar o exame de habilitação perante a inspetoria das escolas (*Correio Mercantil*, 18/02/1856, p. 1). Observa-se a curta duração da atuação de Domingos Lourenço como mestre. Em 1857, foi exonerado “a bem” por meio de comunicado do governo da província (*Correio Mercantil*, 11/07/1857, p. 2). Na cadeira de professor público interino, ocupada pelo padre, passou a atuar o docente vitalício Luiz Antonio de Souza, troca que reitera a coexistência de diferentes regimes de provimento, como foi destacado.

A partir da análise do fio do nome, verifica-se que, no ano de 1862, Domingos Lourenço atuava na Freguesia de Irajá, como responsável pela celebração religiosa da Paixão de Cristo. Tal movimento permite problematizar a inserção dos padres mestres que não se dava de forma homogênea nem estável, mas era atravessada por dinâmicas institucionais, políticas e locais.

A trajetória de João Antonio da Silva Barriga, português naturalizado brasileiro em 1865 e vigário encomendado da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar desde 1864, evidencia a inserção do clero no magistério público. Ele faleceu aos 86 anos, como vigário da paróquia de São José d’ Além

Paraíba; em seu obituário foi descrito como “[...] um sacerdote zeloso e cumpridor de seus deveres, indiferente às glórias do mundo” (O Apóstolo, 06/12/1896, p.1). Atuou como professor no município de Estrela em diferentes momentos entre 1876 e 1880. Em idade avançada, exerceu o magistério como interino e substituto, o que sugere tanto o engajamento do clero como força educativa (Gondra; Schueler, 2008) quanto a necessidade de suprir cadeiras vagas, assegurando a continuidade da instrução.

Nomeado em 30 de junho de 1873 como professor efetivo de 1ª classe na freguesia onde era vigário, em Estrela (Diário do Rio de Janeiro, 02/07/1873, p. 1), João Alves da Fonseca, vinculado à Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba desde 1861, atuou no magistério público em diferentes momentos entre 1875 e 1885, conforme o Almanak Laemmert.

Dados de 1882 indicam oscilações na matrícula e frequência, revelando instabilidades no funcionamento escolar. De acordo com o “Quadro de matrícula e frequência nas escolas públicas para o sexo masculino da Província do Rio de Janeiro no ano de 1882”, havia 17 alunos matriculados no 1º trimestre, nenhum no 2º, 28 no 3º e 29 no 4º, sendo a frequência 28 na classe efetiva do professor de 1ª categoria. Ainda assim, o padre obteve a vitaliciedade em 1879 e teve sua atuação atestada em 1884 pelo inspetor paroquial (Gazeta de Notícias, 22/04/1884, p. 3).

Seu percurso, interrompido pelo falecimento em 1885, aos 53 anos, foi marcado por afastamentos por saúde no ano anterior. Não foram encontrados registros da atuação do sacerdote em outros espaços ou cargos políticos, como identificado na maior parte das trajetórias analisadas. Assim, o padre mestre João Alves evidencia a descontinuidade do exercício docente e reitera a heterogeneidade das experiências de religiosos católicos nos processos de escolarização e sociais.

O conjunto dessas trajetórias na malha escolar do Recôncavo da Guanabara permite compreender como, em contextos locais do Império, a atuação de padres mestres se articulava a estratégias de consolidação de poder que envolviam a circulação entre diferentes esferas institucionais e a mobilização de apoio comunitário. Igreja, escola e política configuravam um espaço relacional no qual agentes operavam, mobilizando recursos materiais e simbólicos para afirmar sua posição e influenciar os rumos da comunidade. A inserção desses sujeitos no magistério revela a porosidade entre Igreja e Estado, e a importância das redes locais na sustentação da instrução, especialmente em contextos marcados pela precariedade de recursos e pela dificuldade de provimento das cadeiras.

Ao mesmo tempo, tais trajetórias evidenciam que o exercício do magistério por membros do clero se articulava à construção de formas específicas de autoridade, nas quais se entrelaçavam capital religioso, educacional e político. A recorrência da *virtude da caridade* como elemento de reconhecimento público aponta para um repertório moral que legitimava a atuação desses agentes, ao mesmo tempo em que ocultava, em certa medida, as condições materiais e as negociações que sustentavam suas práticas.

Assim, ao focalizar os chamados padres mestres, este estudo contribui para complexificar a compreensão da escolarização oitocentista, deslocando o olhar para sujeitos que operavam nas interseções entre diferentes esferas sociais. Esses sujeitos atuaram como mediadores fundamentais na organização da instrução, evidenciando que a constituição do campo educacional no século XIX esteve profundamente imbricada às dinâmicas religiosas, políticas e comunitárias que estruturavam a vida local no Império.

## A IGREJA VIGILANTE: A ATUAÇÃO DOS PADRES NA INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO

Conforme já assinalado, a Igreja Católica participava dos movimentos de governo da população junto ao Estado, incluindo o governo das escolas. Para compreendermos esses lugares de intervenção, a partir do aparato de inspeção da instrução, faremos uma incursão sucinta pelos regulamentos da instrução da Província do Rio de Janeiro de 1837, 1849, 1859, 1862 e 1876.

O Regulamento de 1837<sup>6</sup> instituiu a figura do diretor da instrução encarregado da direção e da inspeção de todas as escolas de instrução primária da Província, bem como o cargo de inspetor<sup>7</sup>. O Regulamento de 1849 aprimorou o aparelho de inspeção, definindo que deveria ser exercida pelo presidente da província, inspetor geral, inspetores e conselhos municipais ou os respectivos municípios, e por inspetores paroquiais, nas suas freguesias.

O Regulamento de 1859<sup>8</sup> estabeleceu uma descrição mais minuciosa das atribuições de cada cargo de inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares da instrução primária e secundária, a saber: presidente da província, diretor da instrução, conselho de instrução, inspetores gerais e inspetores paroquiais.

O Regulamento de 1862<sup>9</sup> manteve parte da estrutura da inspeção, criou o cargo dos inspetores de comarca e extinguiu o dos inspetores gerais. Em 1870, o cargo dos inspetores de comarca foi abolido pelo Decreto N° 1490, de 17 de outubro de 1870, que modificou o Regulamento de 1862 e restabeleceu o cargo de inspetores municipais com uma “gratificação de 800\$ a 1:200\$ por ano, conforme a extensão do município e o número de escolas públicas”. O Regulamento de 16 de dezembro de 1876 promoveu outras mudanças, definindo que a inspeção seria exercida pelo diretor da instrução, enquanto *primeira autoridade*, com o auxílio do Conselho de Instrução, de superintendentes (*principal autoridade de instrução nos municípios*), inspetores gerais e inspetores paroquiais.

Ao longo dos regulamentos observa-se a garantia da remuneração apenas para o diretor e, a partir de 1870, para os inspetores municipais, mas não para os demais cargos, como os dos inspetores paroquiais. O problema da remuneração é algo a ser considerado na análise da presença da Igreja Católica no processo de escolarização engendrado pelo Estado. A falta de remuneração era comumente usada como argumento a fim de acionar a Igreja para exercer os cargos da inspeção. Soma-se a isso o fato de a Igreja estar mais perto das escolas, ter um potencial moralizante requerido pelo serviço de inspeção e dispor de um agente qualificado para o papel: o padre.

O acionamento da Igreja no projeto de escolarização também pode ser visto quando, por exemplo, o Regulamento de 1862 atribui ao inspetor de comarca, por meio do artigo 14, a responsabilidade de averiguar “[...] o auxílio que prestam os párocos à educação religiosa, e a autoridade paterna à frequência do ensino” (Rio de Janeiro, 1862). O mesmo regulamento estabelece que “Os inspetores paroquiais serão substituídos pelos subdelegados em exercício, e em falta destes pelos juízes de paz em exercício e párocos”. O artigo 25 do Regulamento de 1876 previa

<sup>6</sup> Lei N° 81, de 02 de janeiro de 1837. Institui o Regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro. (Martins, 2025).

<sup>7</sup> Acerca da inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro, conferir Santos (2017) e, no caso da Capital do Império, conferir Borges (2008).

<sup>8</sup> Regulamento da instrução pública primária e secundária da Província do Rio de Janeiro, de 24 de dezembro de 1859 (Martins, 2025).

<sup>9</sup> Regulamento da instrução pública primária e secundária da Província do Rio de Janeiro, de 30 de abril de 1862 (Martins, 2025).

que os inspetores gerais realizassem conferências para as quais deveriam ser convidados “o presidente da câmara, o superintendente do ensino, os inspetores paroquiais, os magistrados, os vigários, os professores, as autoridades e mais pessoas da cidade ou vila” (Rio de Janeiro, 1876).

A pesquisa identificou 14 padres em cargos da inspeção da instrução no Recôncavo:

**Tabela 2: Presença da Igreja na inspeção das escolas da região**

Freguesia	Nome	Cargo e ano de localização na fonte (primeira ocorrência)
Município de Iguaçu		
Marapicu		Inspetor paroquial, 1852
Piedade de Iguaçu	Vigário Antonio de Santa Maria Magdalena	Inspetor paroquial, 1853
Jacutinga		Inspetor paroquial, 1880
Piedade de Iguaçu	Vigário José Teixeira de Mattos	Inspetor paroquial, 1861
Piedade de Iguaçu	Vigário Antonio Teixeira Santos	Inspetor paroquial, 1862
Meriti	Padre Antônio Joaquim Madeira	Inspetor paroquial, 1866
Marapicu	Vigário José Cardoso Fraga	Inspetor de distrito, 1872
Município de Estrela		
São Pedro de Alcântara (Petrópolis)	Cônego Luiz Gonçalves Dias Goulão	Inspetor paroquial, 1853
Município de Magé		
Magé	Vigário João Luiz Bezerra Cavalcanti	Conselho de Instrução, 1852
Magé	Padre Antonio Garcia de Oliveira Durão	Conselho de Instrução, 1852

Suruí	Vigário Frei Geminiano da Piedade Miranda	Inspetor paroquial, 1851
Suruí	Vigário José Pinto dos Reis	Inspetor paroquial, 1860
Paquequer	Cônego José Tintori	Inspetor paroquial, 1860
Guapimirim	Padre João Pedro do Espírito Santo Leitão	Inspetor paroquial, 1866
Aparecida	Vigário Joaquim Camillo de Brito	Inspetor paroquial, 1867
Piedade de Magé	Vigário Agostinho de Mattos Rocha	Inspetor paroquial, 1869

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras com base no Almanak Laemmert (1844-1885).

A tabela mostra a predominância dos padres no cargo de inspetor paroquial, registrando também um padre no cargo de inspetor de distrito e dois no Conselho de Instrução. Esse cenário corrobora os relatórios dos presidentes da Província que ressaltavam as vantagens da participação dos membros da Igreja na inspeção que, pela proximidade com as escolas, poderiam exercer de forma mais eficiente essa vigilância cotidiana.

O inspetor paroquial era o cargo mais baixo na hierarquia definida pelos regulamentos da instrução da Província do Rio de Janeiro, porém detinha muitas atribuições. O artigo 92 do Regulamento de 1849 definiu que haveria, em cada freguesia onde houvesse uma ou mais escolas, um inspetor paroquial, nomeado pelo presidente da província. Sendo de sua incumbência inspecionar escolas, manter o cumprimento das leis, regulamentos e decisões das autoridades superiores, admoestar os professores públicos e particulares quando faltarem às suas obrigações, informar aos conselhos de instrução as faltas cometidas pelos professores “quer no exercício de suas funções, quer contra a moralidade e decência pública” (Rio de Janeiro, 1849), entre várias outras obrigações.

Tais atribuições demandavam uma proximidade maior com as escolas, os professores, os alunos e as famílias. O exercício de um olhar vigilante pela própria presença e atuação da Igreja nas localidades e que, por meio do aparelho de inspeção, era convocado a adentrar no interior das escolas. No entanto, a proximidade com os sujeitos escolares não se dava apenas nas escolas, mas também na própria constituição cotidiana do território. Ao identificarmos os padres, observamos também sua atuação de forma ampliada na política e na economia. Assim cabe ressaltar que alguns desses padres inspetores eram eleitores, vereadores, proprietários e fazendeiros.

O Vigário João Luiz Bezerra Cavalcanti foi membro do Conselho de Instrução Primária de Magé juntamente com outro padre, Antonio Garcia de Oliveira Durão (Almanak Laemmert, 1852). No período de sua atuação, estava em vigor o Regulamento de 1849 que determinou por meio do artigo 93 que em cada município houvesse um conselho de inspeção “composto de um inspetor que o presidirá e que poderá ser o juiz municipal, e de mais duas pessoas notáveis, uma das quais poderá ser o presidente da câmara municipal”. As atribuições do conselho foram definidas pelo artigo 94 que incluía *inspecionar zelosamente e melhorar a sorte dos professores; inculcar aos pais a necessidade*

*de mandarem seus filhos às escolas; em suma exercer uma benéfica influência no desenvolvimento e progresso da instrução em seus municípios.*

No caso de Magé, a *benéfica influência* seria feita por dois padres, um dos quais, o vigário João Luiz Bezerra Cavalcanti que também havia sido deputado provincial (Correio Mercantil, 19/02/1848, p.2) e vereador em Magé (Almanak Laemmert, 1852). Seu nome constava na chapa do Partido Liberal de 1849 para deputado provincial (O patriota - Jornal Político Liberal, 21/11/1849, p. 4). Foi acusado pelo médico Manoel José da Costa Pires, do partido de oposição, de tolerar supostas irregularidades nas “eleições de Magé” (em referência à freguesia sede Nossa Senhora da Piedade de Magé), em carta escrita em 22/09/1852 e publicada no Correio Mercantil de 28/09/1852. João Cavalcanti era o vigário responsável pela Igreja onde ocorreram as eleições. O padre fez a réplica e a tréplica às denúncias, publicadas respectivamente no Correio Mercantil em 09/10/1852 e 25/10/1852. Na tréplica, o padre discorre brevemente sobre sua relação com a política na região. Informa que “[...] foi eleito membro da câmara municipal pela grande maioria dos habitantes das cinco freguesias do mesmo município”, que “[...] tendo renunciado a mesma igreja de Guapy, tomou conta da freguesia de Magé a convite oficial da respectiva câmara municipal” e que permaneceu em Magé a pedido de um abaixo assinado feito por “[...] pessoas mais gradas da mesma freguesia, da qual era vigário encomendado” (Correio Mercantil, 25/10/1852, p. 1).

O relato busca dar visibilidade e enfatizar o apoio da população local, evidenciado pelos votos recebidos e sua eleição para vereador, bem como por sua preferência pela freguesia de *Magé*, como modo de mostrar a legitimidade de seu pertencimento ao território. Legitimidade que pode ter contribuído para sua indicação como membro do Conselho de Instrução do município de Magé.

O vigário José Cardoso Fraga que aparece, no Almanak Laemmert, na lista de fazendeiros da freguesia de Marapicu, em Iguaçú, compôs a “chapa de eleitores liberais progressistas” da referida freguesia (Correio Mercantil, 01/02/1867, p. 3). Nas eleições primárias de 1867, o vigário foi eleito “eleitor” da freguesia de Marapicu em 11º lugar com 261 votos, sendo que o primeiro colocado obteve 278 votos (Correio Mercantil, 11/02/1867, p. 1).

Da parte dos eleitores conservadores, identificamos o Vigário José Pinto dos Reis, eleito em 1863, na freguesia de Suruí, em Magé (Diário do Rio de Janeiro, 13/08/1863, p. 1). José Reis aparece, no Almanak Laemmert (1880), na lista de proprietários da região e atuava na Igreja Matriz de São Nicolau do Suruí. Localizamos seu nome na divulgação da “festa do padroeiro São Nicolau”, na qual celebrou missa (Jornal do Commercio, 03/12/1874, p. 5).

As atuações dos padres registradas nos jornais dão indícios de conhecimento do território. O perfil dos padres nomeados para o serviço de inspeção das escolas, mostra que além das tarefas paroquiais, como celebrar missas, realizar sacramentos e organizar festas religiosas, atuavam nos processos eleitorais, na política, na economia e na escolarização da região. O exercício de um olhar vigilante comprometido em participar ativamente das dinâmicas locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Império, observa-se que a atuação dos padres no campo educacional esteve vinculada à histórica articulação entre Igreja e Estado, na qual a instrução elementar era concebida não apenas como transmissão de saberes básicos, mas, sobretudo, como instrumento de moralização e disciplinamento social. Nesse sentido, ao analisar a capilarização do modelo escolar no século XIX, Gondra e Schueler (2008, p. 82) destacam que a adesão do Estado, da Igreja e,

também, da sociedade civil interferiu diretamente no curso da vida social e no funcionamento mais amplo da sociedade.

Entre missas e festas de padroeiros, os padres estendiam suas ações pelo território, alcançando os sujeitos também pela via da escolarização. Exercer o magistério e fiscalizar as escolas da província, atuar no arrolamento de crianças em idade escolar nas freguesias, assim como fazer parte da cultura material escolar, ao ter livros de autoria de padres adotados no ensino oficial mostram a força educativa da Igreja Católica no período em tela.

Iniciamos os movimentos de reflexão do artigo a partir de citações que registram eventos festivos realizados na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, no município de Estrela, organizados ou ocorridos na Igreja Matriz, envolvendo o vigário e o inspetor da instrução Barão do Pilar. Freguesia que contou com a atuação do padre mestre José Barriga que assumiu algumas vezes o magistério na escola pública de meninos para que não deixasse de funcionar. Considerar a relação intrínseca entre o governo, as forças educativas e as dinâmicas locais, operadas por diferentes sujeitos, em posições distintas, pode ajudar a compreender a complexidade do processo de escolarização no território.

Nesse sentido, a intervenção da Igreja em questões como falta de professores, de prédios adequados, falta de alunos, no caso de escolas com problemas de frequência, nos permite perceber a articulação com os movimentos de inserção de padres no magistério, de forma interina ou efetiva, na cessão de espaços da Igreja e no arrolamento de crianças na freguesia. As ausências remetem à necessidade de atuação mais incisiva, mas também a uma intencionalidade de ocupação de espaços e funções. Ao se fazerem presentes, estes religiosos conquistavam o apoio de suas comunidades, apoio que era mobilizado para se estabelecerem tanto nos quadros eclesiásticos quanto na administração pública. Por sua vez, as famílias no território recorriam aos religiosos para acessar a escolarização. Estado, Igreja e sociedade, em associação ou em tensão, atuavam em torno do governo da população e nos processos de escolarização.

## REFERÊNCIAS

- A PÁTRIA: *Folha da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ed. 06, p. 2, 15 out. 1871.
- A PÁTRIA: *Folha da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ed. 56, p. 3, 13 mar. 1873.
- ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1844-1885. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 abr. 2026.
- BEZERRA, Nielson. *Espírito das periferias: ancestralidades indígenas e africanas na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Esteio Editora, 2024.
- BEZERRA, Nielson. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Duque de Caxias: APPH - CLIO, 2011.
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)*. 285 f. Dissertação (Mestrado em educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- BRÁZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.
- CARDOSO, Neise Marino. *A história das irmãs marcelinas: Fundação do Colégio dos Anjos em Botucatu (1912)*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNISAL, Americana, 2007.

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 49, p. 2, 19 fev. 1848.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 271, 28 set. 1852
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 282, 9 out. 1852
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 298, 25 out. 1852.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 221, p.2, 11 ago. 1855.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 47, p.1, 18 fev. 1856.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 289, p.2, 10 out. 1856.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 13, p. 1, 13 jan. 1857.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 159, p. 2, 11 jun. 1857.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 188, p.2, 11 jul. 1857.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 202, p. 2, 25 jul. 1857.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 200, p. 2, 20 jul. 1860.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 252, p.1, 11 set. 1860.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 137, p.3, 10 mai. 1861.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed.252, p.1, 15 set. 1865.
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 32, 1 fev. 1867
- CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro, ed. 42, p. 1, 11 fev. 1867.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ed. 221, p. 1, 13 ago. 1863.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, ed. 180, p.1, 02 jul. 1873.
- DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Relatório do Diretor da Instrução do ano de 1875*. In: RIO DE JANEIRO (Província). Vice-Presidente. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigessima legislatura pelo Vice-Presidente, o

Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1875.

DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1889*. In: RIO DE JANEIRO (Província). Presidente. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro pelo Presidente da Província, o Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 15 out. 1889.

FONSECA, Marcus Vinícius. Padre Vitor: um educador negro entre a escravidão e a santidade. *Revista Brasileira de História da Educação*, [s. l.], v. 20, e131, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e131>. Acesso em: 15 mar. 2026.

FORTE, José Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1933.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, ed. 114, p.3, 22 abr. 1884.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 53, p. 2, 22 fev. 1855.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 241, p. 2, 1 set. 1858.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 335, p. 5, 3 dez. 1874

KAMP, Renato. *As belezas da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Summit, 2003.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. *Tempos da educação católica no Rio de Janeiro: 1854-1934*. *Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 386–405, 2021.

MARTINS, Marco Aurélio. *Legislação da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

O APÓSTOLO: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro, ed. 142, p. 1, 6 dez. 1896.

O PATRIOTA: jornal político liberal. Rio de Janeiro, ed. 23, p. 4, 21 nov. 1849.

PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Mulheres no Recôncavo da Guanabara: professoras e escolas femininas em Estrella, Iguassú e Magé (1862-1872)*. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - UERJ, Duque de Caxias, 2023.

RIO DE JANEIRO (Província). Presidente. *Relatório* apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da undécima legislatura pelo Presidente da Província, o Conselheiro Luiz Antonio Barbosa, no 1º de agosto de 1856. Rio de Janeiro: Typ. de F. de Paula Brito, 1856.

RIO DE JANEIRO (Província). Lei nº 81, de 2 de janeiro de 1837. Institui o Regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro. In: MARTINS, Marco Aurélio. *Legislação da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p. 42-49.

RIO DE JANEIRO (Província). Regulamento da instrução primária da Província do Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1849. In: MARTINS, Marco Aurélio. *Legislação da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p.190-214.

RIO DE JANEIRO (Província). Regulamento da instrução pública primária e secundária da Província do Rio de Janeiro, de 24 de dezembro de 1859. In: MARTINS, Marco Aurélio. *Legislação*

*da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p.305-338.

RIO DE JANEIRO (Província). Regulamento da instrução pública primária e secundária da Província do Rio de Janeiro, de 30 de abril de 1862. In: MARTINS, Marco Aurélio. *Legislação da instrução pública da província do Rio de Janeiro (1835-1875) brevemente comentada.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p.345-382.

RIO DE JANEIRO (Província). *Regulamento da Instrução Pública de 16 de dezembro de 1876.* Rio de Janeiro: [s. n.], 1876. Disponível em: <https://www.djoaovi.com/arquivo/promemoriadigital/leisprovinciais>. Acesso em: 05 abr. 2026.

RIO DE JANEIRO (Província). Presidente. *Relatório* apresentado á Assembléa Legislativa da província do Rio de Janeiro na 1.a sessão da 13a legislatura pelo presidente, o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino, em 1º de agosto de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

RIO DE JANEIRO (Província). Presidente. *Exposição* com que o Presidente, o Conselheiro João Marcelino de Sousa Gonzaga, passou a administração da Província ao Dr. Marcelino Álvares da Silva Campos, em 15 de março de 1881. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1881.

SANTOS, Beatriz Souza dos. *Colônias Orfanológicas da Estrela: a educação de crianças negras e desvalidas no Recôncavo da Guanabara (1876-1881).* 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - UERJ, Duque de Caxias, 2023.

SANTOS, Vinicius Teixeira. *O olho e a mão da autoridade: a inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889).* Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

*Submetido em abril de 2026*

*Aprovado em maio de 2026*

### Informações das autoras

Angélica Borges

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [angelicaborgesrj@gmail.com](mailto:angelicaborgesrj@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0207-943X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8302434402212876>

Beatriz Souza dos Santos

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [beatrizsouzasantos3@gmail.com](mailto:beatrizsouzasantos3@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9399-1197>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8876689724118249>

Fabiana Garcia Munhoz

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [fgmunhoz@gmail.com](mailto:fgmunhoz@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0198-4924?lang=pt>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3392878368666980>